



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
M O N D L A N E

Faculdade de Direito

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E FINANCEIRO DE 2021

Maputo, Março de 2022

Índice

Sumário executivo.....	3
I. Introdução.....	5
II. Actividades por eixo.....	6
1. Eixo de Ensino-aprendizagem.....	6
2. Eixo de Investigação.....	21
3. Eixo de Extensão e Inovação.....	33
4. Eixo de Governação e Cooperação Universitária.....	37
4.1. Governação.....	37
4.2. Cooperação.....	40
5. Gestão, Finanças e Recursos Humanos.....	44
5.1 Gestão.....	44
6. Eixo de Património e Infraestruturas.....	55
EIXO DE ASSUNTOS TRANSVERSAIS.....	57
Constrangimentos.....	58
Conclusões e Recomendações.....	59

Lista de Abreviaturas

ACDH: Associação Centro de Direitos Humanos

AMLA: African Mining Legislation Atlas

CEDAB: Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida

CEND: Centro de Ensino à Distância

CTA: Corpo Técnico Administrativo

D: Doações

FADUL: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

FDUEM: Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

FDUM: Faculdade de Direito da Universidade de Macau

GQA: Gabinete para a Qualidade Académica

IPAJ: Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica

MCTESTP: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

MPGPP: Manual de Procedimento e Gestão de Processos Pedagógicos

NED: Núcleo dos Estudantes de Direito

OE: Orçamento do Estado (verba centralizada)

PEUEM: Plano Estratégico da Universidade Eduardo Mondlane

RP: Receitas Próprias

SIGA: Sistema Integrado de Gestão Académica

Sumário executivo

O presente relatório de actividades e financeiro descreve as actividades desenvolvidas pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM) em 2021 no cumprimento da sua missão e visão e em harmonia com o Plano Operacional da FDUEM 2019-2021 e do Plano Estratégico da UEM 2018-2028.

Entre as actividades realizadas, são de destacar, no eixo de ensino e aprendizagem, a realização de ciclo de Webnários sobre Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito da Família e Direito das Sucessões; participação no Webinar sobre *Capacity Building Digital, Research and Developement*; e capacitação de um número significativo estudantes e o público-alvo em matéria de Direito do Ambiente esta última sobre a coordenação do Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida (CEDAB).

No eixo da investigação o destaque vai para a criação de programas de apoio à investigação, com vista a fortalecer a componente de pesquisa; realização, por intermedio do CEDAB em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, de seminário sobre o direito à biodiversidade e a construção da resiliência às mudanças climáticas; subscrição da biblioteca electrónica *HeinOnline*.

Outra actividade que merece destaque foi a realização do colóquio sobre o Sector Empresarial do Estado, organizado pelos estudantes do grupo de Ciências Jurídico-Económicas, no âmbito do curso de Doutoramento.

Ainda no âmbito deste eixo, no contexto do acompanhamento de projectos já em curso, foram realizadas as seguintes actividades: (i) capacitações envolvendo profissionais de diferentes instituições públicas que operam nas áreas de protecção e conservação das espécies marinhas, no âmbito do projecto *FishForce*; (ii) acompanhamento dos Estudantes no quadro do Projecto *African Mining Legislation ATLAS*, entre outras.

No campo da Extensão e Inovação o destaque aponta para a prestação de serviços e assistência técnica pelo Centro de Prática Jurídica, tendo sido possível assistir 113 casos, através do patrocínio judiciário. Destacou-se ainda a revisão do regulamento do CPJ, em colaboração com a Direcção Adjunta para a Graduação, de modo a adequá-lo a nova realidade académica.

No tocante à Cooperação impulsionou-se a assinatura, ao nível da Reitoria, de protocolo de cooperação com a fundação Sérgio Gago e revitalizou-se o Protocolo com a JLA/ABREU Advogados.

Relativamente à execução financeira, o nível consolidado de execução de todas as fontes de financiamento foi de 92%.

No entanto, várias actividades dos eixos prioritários não foram realizadas devido a pandemia da COVID-19, que afectou sobremaneira os eixos de Gestão, Finanças e Recursos Humanos e de Património e Infraestruturas. Os impactos mais adversos nestes dois eixos incluem a não realização de acções de treinamento do pessoal administrativo, a redução drástica de receitas dos cursos ministrados e o adiamento da revisão do projecto de construção do novo edifício da FDUEM e, consequentemente, o protelamento da actividade de *fund-raising* para o aludido projecto.

I. Introdução

▪ Perfil da unidade

A Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM) lecciona cursos aos níveis de graduação, de cariz generalista, bem como de pós-graduação (mestrado, doutoramento e especialização), orientados para as necessidades do país, da integração regional e da globalização.

Os cursos são oferecidos em regime laboral (curso de graduação) e em regime pós-laboral (curso de graduação e todos cursos de pós-graduação).

Este órgão está acessível pelo *website* www.direito.uem.mz e pelos endereços telefónicos +258 21494748/490764; Telefax: + 258 21 494630.

▪ Localização

A Faculdade de Direito está localizada na Av. Kenneth Kaunda, nº 960, Bairro Sommerschild, Cidade de Maputo. O edifício da Faculdade desenvolve-se em quatro pisos constituídos por dois blocos, contando no presente ano com 60 anos de idade e ocupa uma área de 2.366m².

▪ Estrutura orgânica

Em harmonia com o Regulamento da FDUEM, a estrutura orgânica desta unidade consta do Organograma em anexo, (Organograma 1). Entretanto, no âmbito da revisão em curso do aludido Regulamento, a estrutura proposta evoluiu para uma realidade diferente, conforme o Organograma 2, também em anexo.

▪ Principais Funções:

Ensino:

- Ensino superior em Direito nos níveis de Graduação e Pós-Graduação, Mestrado Doutoramento e Pós-Graduação (vertente de especialização).

Investigação:

- Promoção da investigação científica e do estudo das aplicações do Direito e Cooperação para o Desenvolvimento nas áreas prioritárias do desenvolvimento do país e suporte à função de ensino.

Extensão:

- Realização de cursos de curta duração;

- Organização de estágios para estudantes por via da assistência jurídica aos cidadãos carenciados e realização de diversas actividades de pesquisa, palestras, capacitação e disseminação dos Direitos Humanos e Direitos Sociais.

II. Actividades por eixo

1. Eixo de Ensino-aprendizagem

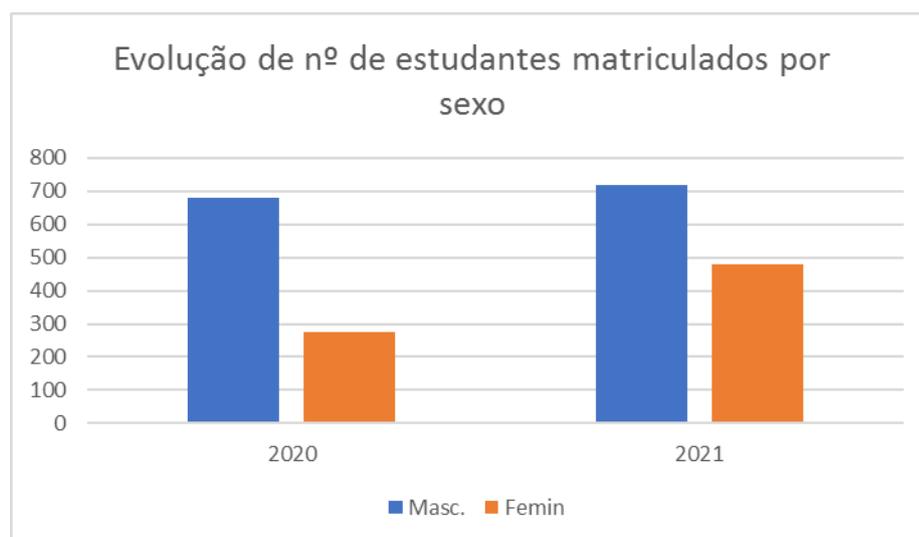
No ano lectivo de 2021, foram matriculados cerca de **1200** estudantes, deste número **720** são do sexo masculino o que correspondente a **60%** da população estudantil e **480** do sexo feminino, correspondente a **40%**. Em comparação com o ano de 2020, houve um incremento na ordem de **6%** em masculinos e de **74%** em femininos.

Importa referir que do total dos estudantes matriculados, **1023** correspondem ao nível de graduação, representando **85%** da população estudantil, e **177** estudantes correspondem ao nível de pós-graduação, equivalendo a **15%** dos estudantes matriculados.

Tabela 1: Evolução da população estudantil por sexo, 2020-2021

Sexo	Estudantes matriculados				Evol (%)
	2020		2021		
	Nº	%	Nº	%	
Masc.	681	71%	720	60%	6%
Femin.	276	29%	480	40%	74%
Total	957	100%	1,200	100%	25%

Graf. 1: Evolução da população estudantil, por sexo.



No que diz respeito aos ingressos, estava previsto para o nível de graduação 140 novos ingressos, dos quais 70 seriam para o período diurno e os restantes 70 para o período pós-laboral. No entanto, ingressaram 141 estudantes, o que corresponde a um incremento na ordem de 0,7% de ingressos em relação ao planificado.

Ao nível dos cursos de pós-graduação estavam previstos 75 novos ingressos distribuídos pelos três cursos designadamente: Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas, Mestrado em Direito dos Humanos e Mestrado em Cooperação para o Desenvolvimento. No entanto, ingressaram para os referidos cursos apenas um total de 65 estudantes.

No domínio das graduações, para o ano lectivo de 2021, estava prevista a realização de defesas de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, no total de **277** estudantes, sendo que **80** seriam do nível de licenciatura e **192** de mestrado e 5 para o doutoramento. Contudo, foram graduados 87 estudantes dos quais 71 do nível de graduação e 16 de pós-graduação.

Tabela 2: Evolução das graduações por níveis, 2020 – 2021

Níveis	Graduações				Evol (%)
	2020		2021		
	Nº	%	Nº	%	
Graduação	53	60%	71	82%	33%
Mestrado	35	40%	16	18%	-5%
Doutoramento	-	-	-	0%	-
Total	88	100%	87	100%	-1%

Actividades planificadas e realizadas

Objectivo estratégico 1: Atrair e seleccionar os melhores estudantes e talentos para os cursos de graduação e pós-graduação da UEM, garantindo as dimensões de inclusão e equidade.

No âmbito deste objectivo há a destacar a participação da Diretora-adjunta para a Graduação no Simpósio de Justiça, organizado pela Ordem dos Advogados de Moçambique. O evento teve lugar nos dias 24 a 26 Novembro de 2021, tendo apresentado o tema: “A formação do advogado: da universidade ao estágio profissional – desafios”. Entretanto, um dos desafios identificado na sua apresentação foi a falta de vocação e de preparação para a universidade e para o curso de direito.

De entre várias razões apontadas destacam-se: i) o ciclo liceal baseado na cultura geral; ii) insuficiência das disciplinas exigidas para o direito: português e história; iii) o aluno vai para faculdade sem fazer ideia do que seja o direito; iv) as taxas de admissão fazem-se com notas baixas, principalmente nos curso Pós-laboral.

A ideia avançada no referido simpósio é a introdução do ano propedêutico com carácter eliminatório para fins de admissão ao curso de direito, tendo também avançado com alguns conteúdos que integrariam o referido semestre propedêutico, quais sejam:

- Uso das palavras
- Raciocínio lógico
- Comunicação
- Leitura
- Escrita
- Habilidades com computador [TIC]
- Habilidades de pesquisa
- Conhecimentos contabilísticos. *Fonte: PALMER-CROCKER-KIDD.*

No âmbito da intervenção estratégica de **Melhoria do modelo de selecção e admissão dos estudantes na UEM**, procedeu-se à sua extensão de modo a abranger o processo de selecção e admissão nos **Centros da Faculdade de Direito**. Para tal, foram realizadas as seguintes actividades no Centro de Práticas Jurídicas:

- Dinamizar a supervisão dos estudantes estagiários, que consistiu na nomeação de novos supervisores para o apoio aos estudantes estagiários;
- Revisão do Regulamento do CPJ e sua apreciação em sessão do Conselho Pedagógico realizado em Abril e publicado para a comunidade académica;
- Selecção e admissão dos estudantes no Centro de Prática Jurídica;
- Foi também introduzido o curso de penologia que é um módulo prático que visa complementar os módulos curriculares. O curso foi lecionado pela REMAR no período de 1 a 15 de Novembro;

Ao nível do Centro de Direito do Ambiente, iniciou o processo da elaboração da nota conceptual para os módulos do curso de curta duração sobre Direito do Ambiente.

Ainda neste objectivo, foi feita a selecção, embora não tinha sido planificada, de estudantes com melhor aproveitamento pedagógico para efeitos de admissão na *Societé Generale*

Moçambique. Para o efeito, foi selecionado um estudante que passou a integrar a equipe da *Societé Generale* Moçambique a partir do mês de Setembro, em regime probatório.

Objectivo estratégico 3: Garantir a inovação no processo de ensino-aprendizagem, alicerçada na investigação e extensão.

Neste objectivo foram definidas as seguintes intervenções estratégicas: i) organizar um curso de formação sobre desenho e desenvolvimento curricular e institucional; ii) elaborar a proposta de reforma curricular iii) realizar a acreditação dos cursos; e iv) formar docentes e estudantes no uso das plataformas digitais.

Entretanto, a actividade i) devido as restrições impostas pela COVID-19 e a insuficiência de fundos, não foi realizada nos termos definidos, porém, foram criados grupos de trabalho distribuídos pelas várias áreas dos cursos de graduação e de pós-graduação. Contudo, o processo regista significativos atrasos devido a indisponibilidade dos membros para se reunirem e a falta de uniformidade no modo de trabalho das diferentes Comissões.

Em relação à actividade ii) não foi concluída, pois o processo de revisão curricular está ainda em curso. Já a actividade iii) também não foi realizada porque depende da conclusão do processo de revisão curricula.

No concernente a actividade iv) ao longo do primeiro semestre 2021 foram realizadas inúmeras actividades de formação/capacitação dos docentes e estudantes no uso das plataformas digitais (*Vula, SIGA e Zoom*), pese embora seja um desafio a aderência por parte de alguns docentes. É importante salientar que durante o período de suspensão das aulas presenciais, as plataformas digitais permitiram a continuidade das actividades lectivas, sendo de destacar a realização de avaliações de frequência e a realização de trabalhos de pesquisa.

Actividades não planificada

O destaque vai para a participação, em 11 de Agosto, no webinar sobre “Capacity Building Digital Systems, Research and Development: A Brief Overview of New Systems”, evento organizado pela Faculdade de Educação da UEM em colaboração com o Projecto QuART do Gabinete de Planificação, Qualidade e Estudos Institucionais com a finalidade, entre outras, de formação de supervisores no âmbito do projecto QuART.

Outro destaque vai para a capacitação dos estudantes e o público-alvo em matéria de Direito do Ambiente. Para esta actividade foram elaborados conteúdos, calendários bem como identificação de alguns docentes. A capacitação teve lugar em Novembro e decorreu em coordenação com o Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida.

Objectivo estratégico 4: Assegurar um ambiente de vida académica e social para o desenvolvimento integral dos estudantes.

No âmbito deste objectivo foram definidas as seguintes actividades:

- i) Criar Programas de actividades para estudantes voluntários;
- ii) Identificar os programas sociais existentes;
- iii) Implementar os programas.

Visando materializar a actividade i) foi introduzido o curso de penologia virado para a defesa dos direitos humanos dos reclusos, tendo participado os estudantes estagiários do CPJ.

Destacou-se também neste objectivo: i) a divulgação do direito à cidade e a participação de vários membros do CEDAB nos painéis de discussão sobre o direito à cidade promovido pelo CEDAB; ii) desenvolvimento de guiões de direitos a cidadania ambiental e património ambiental; iii) preparação de estudantes que intervirão no âmbito da divulgação de direitos na perspectiva ambiental.

As actividades ii) e iii) não foram realizadas.

Actividade não planificada

A criação de um Código de Conduta e Boas Práticas com vista a assegurar a boa disciplina entre os voluntários.

Objectivo estratégico 5: Transformar os processos de gestão do processo de ensino aprendizagem, adequando-os às necessidades de uma universidade de investigação.

Para o efeito deste objectivo foram definidas as seguintes acções: i) promoção do uso do Manual de Procedimentos de Gestão do Processo Pedagógico (MPGP); ii) promoção de participação dos estudantes nas actividades de investigação dos grupos de disciplina; e iii) dinamização dos grupos de disciplina no desenvolvimento de actividade de investigação.

Entretanto, grande parte das actividades planificadas para fazer face às acções definidas não foi realizada, pois na sua maioria exigiam um contacto interpessoal permanente e essa exigência contrastava com as limitações impostas pela COVID-19. Porém, no início do primeiro semestre de 2021 concretamente em Maio foi elaborado e partilhado com o corpo docente, um “Guia do Professor” o qual consistiu numa síntese do **Manual de Procedimentos de Gestão do Processo Pedagógico (MPGPP)**. Ainda sobre o MPGPP, foram preparados slides para a sua melhor percepção e utilização.

No tocante à acção ii) foram criados grupos de estudo e de investigação compostos por estudantes dos últimos níveis, com a finalidade de pesquisar os temas apresentados no I ciclo de webinários referentes a temas de Direito Penal e Processual Penal e de Direito da Família e Sucessões.

Ao nível dos Centros, destacou-se a realização das jornadas científicas do CEDAB sobre o direito à cidade.

Actividades não planificadas

A Faculdade de Direito organizou um ciclo de webinários subordinado aos temas de “Direito Penal e Direito Processual Penal” e de “Direito da Família e das Sucessões”, o qual iniciou em Maio e terminou em meados do mês de Junho.

O evento teve como objectivo geral responder aos desafios resultantes da recente entrada em vigor de diversos diplomas legais, socializar o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código de Execução de Penas, a Lei da Família e a Lei das Sucessões, discutir as principais inovações e os aspectos críticos e contribuir para a efectividade da nova legislação através da sua correcta interpretação e aplicação.

Para efeito, os eventos tiveram como grupo-alvo:

- a) Estudantes de Direito
- b) Docentes de Direito
- c) Profissionais da área do direito: Magistrados, Advogados e SERNIC
- d) Profissionais da área da medicina
- e) Profissionais da área da comunicação social
- f) Público em geral.

Participaram nos webinários 12 (doze) oradores de Brasil, Macau e Moçambique, 11 (onze) dos quais, sem embargo de serem profissionais na área da administração da Justiça, são Professores universitários afectos às seguintes instituições Académicas:

- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- Universidade de Macau;
- Universidade Eduardo Mondlane (UEM);
- Universidade Estadual de Maringá; e
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Os oradores provenientes de instituições estrangeiras congéneres da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane apresentaram os temas numa perspectiva do direito comparado.

Os temas abordados foram os seguintes:

DIREITO PENAL

1. Crimes de falsidade pela rede mundial de computadores - Uma perspectiva comparada
2. As fronteiras da tutela penal da reserva da vida privada.
3. Contribuições da física quântica na (des) construção da loucura criminosa.
4. Responsabilidade penal médica

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Meios especiais de prova: acções encobertas e escutas telefónicas.
2. O Papel do Ministério Público e a conformação dos direitos, garantias e liberdades fundamentais do cidadão no Novo CPP.

DIREITO DA FAMÍLIA

1. Quando o casamento é liberdade e a união de facto imposição. Alguma linha de Intercessão?
2. União de Facto – da inexistência do estado civil à fragilidade dos efeitos.

DIREITO DAS SUCESSÕES

1. A posição sucessória do cônjuge e do companheiro da união de facto.
2. Sobre o estatuto sucessório dos cônjuges e dos unidos de facto no Direito de Macau
3. A administração dos bens da herança no contexto da Lei nº 23/2019.

TRANSVERSAL

4. A Lei das Uniões Prematuras: implicações civis e penais.

1.1 Estudantes inscritos

Grau Académico	Nível académico e género																		Total
	1º Semestre																		
	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano			5º Ano			Trabalhos de fim do curso			
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
Licenciatura	103	138	241	96	130	226	99	109	208	81	112	193	13	39	52	8	17	25	
Mestrado	30	35																	
Doutoramento	-	-																	
Total	133	173																	
2º Semestre																			
Grau Académico	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano			5º Ano			Trabalhos de fim do curso			Total
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
Licenciatura	157	185	342	132	185	317	94	94	188	71	108	179	13	26	39	17	29	46	
Mestrado	30	35																	
Doutoramento																			

1.2 Estudantes matriculados por curso, grau e género/2021

Curso	Grau académico e género								
	Licenciatura			Mestrado			Doutoramento		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Licenciatura em Direito	417	606	1023						
Mestrado em Direito do Comércio Internacional				6	4	10			
Ciências Jurídicas				7	14	21			
Ciências Jurídico-Económicas				11	20	31			
Ciências Jurídico-Políticas				5	18	23			
Direito do Petróleo e Gás				2	1	3			
Direitos Humanos				14	16	30			
Direitos Sociais				4	5	9			
Cooperação e Desenvolvimento				13	20	33			
Doutoramento e Direito							1	16	17
Total	417	606	1023	62	98	160	1	16	17

1.3 Distribuição da População estudantil por país de origem, Unidade Orgânica, por curso, por nível e género

Nº Ordem	País	Faculdade/Escola	Curso	Nível académico	M	F	Total
1	Moçambique	Direito	Direito	1º ano	323	260	583
2	Moçambique	Direito	Direito	2º ano	315	227	342
3	Moçambique	Direito	Direito	3º ano	203	193	396
4	Moçambique	Direito	Direito	4º ano	220	152	372
5	Moçambique	Direito	Direito	5º ano	65	26	91
6	Timor-Leste	Direito	Direito	1º ano	0	0	0
7	Timor-Leste	Direito	Direito	2º ano	0	1	1
8	Angola	Direito	Doutoramento em Direito		2	0	2
9	Moçambique	Direito	Doutoramento em Direito		18	4	22
10	Angola	Direito	Mestrado em Direitos Sociais		1	0	1
11	Guiné-Bissau	Direito	Mestrado em Direitos Sociais		0	1	1
12	São Tomé e Príncipe	Direito	Mestrado em Direitos Sociais		0	1	1
13	Moçambique	Direito	Mestrado em Ciências Jurídicas		18	6	24
14	Moçambique	Direito	Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas		8	7	15
15	Moçambique	Direito	Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas		18	7	25
16	Moçambique	Direito	Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento		6	10	16
17	Moçambique	Direito	Mestrado em Direito do Comércio Internacional		6	5	11
18	Moçambique	Direito	Mestrado em Direito do Petróleo e Gás		4	4	8
19	Moçambique	Direito	Direitos Humanos		2	2	4
20	Moçambique	Direito	Direitos Sociais		13	14	27

1.4 Estudantes graduados de 2021 (1º e 2º semestres)

Grau Académico	Curso	Nº de Graduados/2021			Ano de ingresso de estudantes graduados em 2021										
		F	M	T	Anterior a 2011	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Licenciatura	Direito	25	46	71	8	4	6	7	9	8	20	9			
Mestrado	Ciências Jurídicas														
	Ciências Jurídico - Políticas	2	0	2			1				1				
	Ciências Jurídico - Económicas	1	1	2								2			
	Direitos Humanos	0	1	1								1			
	Direitos Sociais	2	1	3										03	
	Cooperação e Desenvolvimento	1	4	5					1		1		3		
	Direito do Comercio Internacional	3	0	3									3		
	Petróleo e Gás														

1.5. Estudantes Bolseiros

Grau Académico	Nº de Bolseiros da UEM	Nº de Bolseiros de outras instituições nacionais	Nº de Bolseiros de outras instituições estrangeiras	TOTAL
Licenciatura	38	-	-	38
Mestrado			03	03
Doutoramento		01	02	03
TOTAL	38	01	05	44

1.6. Acções: Revisão Curricular

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Revisão curricular do curso de Licenciatura em Direito – Regime Laboral e Pós-Laboral e dos cursos de Mestrado em Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Económicas, Ciências Jurídico-Políticas, Direito do Comércio Internacional, Direitos Sociais e Direitos Humanos	30%	Permite a actualização e o melhoramento dos currícula bem como do processo de ensino-aprendizagem	Execução em curso, mas prejudicada pelo encerramento de actividades presenciais, aliado a falta de comprometimento por parte dos docentes.
Submissão da proposta de revisão curricular aos órgãos competentes da FDUEM e da UEM.	0%	Melhor qualidade no processo de revisão curricular	Depende da conclusão da proposta de revisão curricular.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

1.7. Acções: Qualidade académica

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Actividades Planificadas – Cursos para acreditação	Nível de Execução		
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		

1.8. Acções: Apoio Social

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Identificação dos programas sociais existentes na FDUEM	0%		
Criação de trabalho voluntário dos estudantes	5%	Educação cívica e Consciência de cidadania	O CEDAB promoveu actividades de limpeza da praia Divulgação do direito a cidade que contou com a participação de vários membros do CEDAB.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		Observação
-	-		-

1.9 Acções: Gestão de Ensino

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
1.Monitorar as actividades dos grupos	100%	Permitiu a melhor preparação dos estudantes	Cumprimento dos prazos de publicação

de disciplinas		para a realização das avaliações, por um lado e por outro lado, melhor organização dos gestores acadêmicos.	de notas e dos processos de revisão de notas.
Implementação do quadro de honra	0%	-	
Promoção de reuniões das disciplinas do Departamento	0%	-	
Promoção da formação dos docentes no SIGA/VULA	80%	SIGA - Reduzido, em função dos problemas que a plataforma coloca. VULA - Muito limitado aos docentes que fizeram a formação, relativamente à plataforma	Foram capacitados vários docente e estudantes
Divulgação do MPGP	90%	Permite maior domínio e uso adequado do MPGP por parte dos docentes	Foi elaborado e partilhado com o corpo docente, um “Guia do Professor” o qual consistiu numa síntese do Manual de Procedimentos de Gestão do Processo Pedagógico (MPGPP) . Foram, ainda, preparados slides para a sua melhor percepção e utilização.
Organização de eventos científicos para divulgação e análise da lei penal. De família e sucessões	100%	A socialização dessas leis bem como melhor interpretação.	Organizou-se um ciclo de webinários subordinado aos temas de “Direito Penal e Direito Processual Penal” e de “Direito da Família e das Sucessões”, o qual iniciou em Maio e terminou em meados do mês de Junho.
Publicação dos trabalhos dos estudantes	0%		
Feira de Emprego	0%	-	Não foi possível organizar o evento em função da ocorrência da pandemia
Indicação de temas de pesquisa	30%	Incentivar os docentes e os estudantes a desenvolver pesquisas	
Organização de julgamentos fictícios	0%		Não foi possível organizar o evento em função da ocorrência da pandemia

Monitorar o processo de culminação de estudos	100%	Culminação de estudos de diversos estudantes através da realização de um TFC ou EFC ou de Relatório de Estágio realizado no CPJ.	As defesas foram organizadas e realizadas seguindo as regras do regulamento de culminação de estudos e as normas de segurança e higiene no âmbito da prevenção da COVID 19.
Monitorar a assiduidade dos docentes e cumprimento dos planos analíticos	100%	Melhoria da assiduidade dos docentes, assegurando o cumprimento dos planos temáticos e a realização de aulas de reposição para suprir eventuais faltas ou omissões.	A assiduidade dos docentes foi confirmada através da informação semanal facultada pelos chefes de turma, bem como em função dos registos no livro de sumários.
Monitorar o processo de ensino e aprendizagem através de reuniões de monitoria com os representantes de turma e tutores de turma	100%	Maior articulação com os docentes e estudantes e garantia do cumprimento dos planos temáticos, da realização dos testes de frequência e/ou exames nas datas acordadas, e consequentemente melhoria da qualidade académica.	A monitoria deste processo foi feita com o envolvimento dos próprios docentes e chefes de turma.
Realizar palestras com o envolvimento de docentes e profissionais de outras instituições	0%	n/a	.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

2. Eixo de Investigação

Objectivo estratégico 1: Ampliar a disponibilidade de docentes e investigadores e técnicos de carreira qualificados para a materialização da agenda de investigação da UEM, através do investimento no recrutamento, treinamento e retenção de quadros com vocação para a investigação

Para este objectivo, foram traçadas algumas intervenções estratégicas, sendo de destacar **Reestruturação dos Departamentos Académicos e Recrutamento de Investigadores**. No âmbito de **Reestruturação dos Departamentos Académicos** foi prevista, dentre outras actividades, a definição de linhas de investigação científica e posterior desenvolvimento de pesquisa, entretanto, foi constituída uma Comissão para a elaboração da Política Científica da FDUEM com vista a definir as linhas de pesquisa. E esta actividade teve uma execução de 10%, significando que a mesma continua pendente.

Em relação ao Recrutamento **de Investigadores**, para a sua concretização era necessário o lançamento de um concurso publico pela Direcção dos Recursos Humanos da UEM, entretanto, durante o não de 2021 a Direcção supra não lançou nenhum concurso referente à necessidade em causa. Dai que esta actividade também não foi realizada.

Ao nível dos Centros de Investigação, criou-se programas de apoio à investigação que visam fortalecer a componente de investigação na FDUEM. Nessa senda, foram avaliados os critérios de selecção de estudantes que irão integrar o segundo programa de apoio à investigação, para tal foi lançado o edital para a admissão de estudantes voluntários.

Objectivo estratégico 2: Estreitar a articulação entre formação e investigação ao nível de graduação e pós-graduação, como mecanismo de preparação da futura geração de investigadores e elevação da qualidade do ensino e aprendizagem

Neste objectivo estratégico foram previstas duas intervenções estratégicas, nomeadamente, **Realização de Seminários e Palestras de Pós-Graduação e Promoção de Concursos de Pesquisa Científica (Jornadas de Direito Bancário e outros)**,

Em relação à primeira intervenção estratégica, foram definidos alguns parceiros facto que contribuiu para a realização do Colóquio Internacional sobre o Sector Empresarial do Estado, organizado pelos estudantes do grupo de Ciências Jurídico-Económicas, no âmbito do curso de Doutoramento.

No que toca à definição de áreas temáticas, no âmbito da segunda intervenção estratégica, não foi executado porque esta actividade estava inserida no Curso de Pós-Graduação em Direito Bancário que tinha sido planificado para o ano em referência, entretanto, a suspensão do curso conduziu à suspensão da actividade.

Ainda neste objectivo, destacou-se a realização do Seminário sobre o Direito à Biodiversidade e a construção da resiliência às mudanças climáticas em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ).

Objectivo estratégico 3: Garantir a disponibilidade e eficiência na utilização de recursos materiais, laboratoriais e ferramentas de apoio à investigação.

Para a materialização deste objectivo estratégico foram definidas duas intervenções estratégicas, nomeadamente, **Aquisição de materiais bibliográficos e Dotar as Bibliotecas e centros de investigação de equipamento adequado para a pesquisa**, entretanto, nem todas as actividades programadas foram realizadas devido a imperativos financeiros. Porém, foram adquiridos materiais bibliográficos, por meio da subscrição da Biblioteca Electrónica HeinOnline.

Actividades não planificadas:

No âmbito deste objectivo foi criada a biblioteca do CEDAB, e por consequência disso foram adquiridos alguns livros e demais materiais de pesquisa para a mesma.

Destacou-se também a subscrição do CEDAB, por via do seu Coordenador, à plataforma digital "*Live Stream*". Plataforma que acolherá a realização de eventos científicos.

Portanto, estas actividades foram desenvolvidas pelo CEDAB e enquadram-se no âmbito da disponibilização de recurso para investigação aos estudantes, para garantir a qualidade e a quantidade de trabalhos de investigação.

Objectivo estratégico 4: Ampliar a qualidade e quantidade dos trabalhos de investigação realizados na UEM em consonância com as linhas de investigação e os planos de investigação aprovados.

Foi definida como intervenções estratégicas: **Promover a participação dos docentes e Investigadores em Conferências Internacionais**, e em face desta estratégia, foi realizado um ciclo de webinários sobre Direito Penal e Processual Penal e Direito da Família e Sucessões que teve a participação de alguns docentes da FDUEM.

Adicionalmente, foi divulgada a Conferência intitulada “Construindo Cidades Saudáveis e Sustentáveis”, promovida pela Universidade de Coimbra e contou com a participação do Coordenador do CEDAB, Doutor Carlos Serra. Igualmente, foi divulgado o III Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade do Brasil, e contou com a participação do Doutor Almeida Machava como Coordenador.

Objectivo estratégico 5: Assegurar o incremento de recursos financeiros para a promoção de iniciativas de investigação

No âmbito deste objectivo estratégico foram definidas as seguintes intervenções estratégicas: **Tornar os Centros em polos de prestação de serviços; Estabelecimento de um Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos, e Centro de Estudos de Energia**. Entretanto, nenhuma delas foi executada devido aos constrangimentos financeiros agravados pela pandemia da COVID-19 que impossibilitou o estabelecimento de parcerias.

Objectivo estratégico 6: Promover a disseminação estruturada de resultados de investigação, com vista a visibilidade, o alcance e impacto dos resultados da investigação.

Neste objectivo as intervenções definidas foram: **Realização da Conferência Anual Internacional (As Reformas Jurídicas de Moçambique), Seminário Internacional com a Universidade de Macau (anual) e a Publicação da Revista Jurídica da FDUEM**.

Em relação ao Seminário Internacional com a Universidade de Macau, nenhuma actividade foi executada por causa da pandemia da COVID-19 que assola o país e o mundo inteiro, pois trata-se de uma actividade que exige a deslocação de professores de Maputo para Macau e vice-versa.

No respeito a realização da Conferência Anual Internacional, foram realizadas as seguintes actividades para a sua prossecução: elaboração dos Termos de Referência (TdR); criação da Comissão Organizadora; e foram efectuados contactos com o Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos, Assembleia da República, Procuradoria-Geral da República, Gabinete do Provedor de Justiça. De referir que estas instituições manifestaram o interesse de se juntar à Faculdade de Direito na iniciativa. No entanto, a conferência não foi realizada devido aos constrangimentos de tempo, tendo sido reprogramada para ano de 2022.

Relativamente à publicação da Revista Jurídica da FDUEM, foi aprovado o Regulamento da Revista também foi elaborada a proposta de chamada para artigos.

Entretanto, para além das actividades programadas foi incorporada a realização do *Simpósio sobre Direito ao Desenvolvimento Sustentável*, que seria apresentado no âmbito da Conferência Científica da UEM, em resultado da aprovação da candidatura da FDUEM. Entretanto, o evento não realizou-se por razões organizacionais.

Objectivo estratégico 7: Aumentar os projectos de investigação básica e aplicada e de transferência de tecnologias.

Neste objectivo foi definido como intervenção estratégica a promoção de parcerias de intercâmbio científico, tendo-se estabelecido parceria com a Universidade Estadual de Santa Catarina e com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Esta parceria visava a realização de um Simpósio sobre o Direito ao Desenvolvimento. Entretanto, esta actividade foi reprogramada para 2022.

No âmbito da parceria com a Universidade Estadual Santa Catarina, foi elaborada uma nota conceptual para o colóquio de intercâmbio científico entre estudantes de Pós-graduação das duas universidades, previsto para o mês de Dezembro, porém, o intercâmbio não se realizou no mês previsto, tendo sido reprogramado para o ano de 2022.

Foi igualmente organizado o seminário sobre o direito à biodiversidade e a construção da resiliência às mudanças climáticas em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) e teve lugar no dia 15 de Dezembro.

Actividades não planificadas

No âmbito da implementação do Projecto *Fish Force*, em parceria com a *Fish Force Academy da Nelson Mandela University*, a Faculdade de Direito domesticou 3 módulos para efeitos de capacitação nos seguintes módulos: Investigação Criminal I (Dra Elysa Vieira e Dr Alberto Nkutmula), Legislação Marinha e Costeira (Doutor Gildo Espada) e Identificação de espécies marinhas, navios e material de pesca usados na pesca (Doutor Manuel Castiano). Assim sendo, foram realizadas 3 capacitações, durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro, envolvendo profissionais vindos de diferentes instituições públicas que operam nas áreas de protecção e conservação das espécies marinhas, fluviais e lacustres, e esta capacitação foi facilitada pelos docentes acima indicados.

2.1. Gestão da Investigação

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Adopção de uma política de investigação da FDUEM	50%	Melhoria da qualidade de investigação na FDUEM	
Criar Grupos de Pesquisa	100%	Qualidade dos resultados de pesquisa, bem como aumento dos trabalhos de pesquisa.	Foram criados grupos de pesquisa por tema, alguns em parceria com a Universidade de Lisboa e a Universidade Federal de São Paulo.
Realização de seminários	25%	Melhoria de qualidade na investigação.	Realização do colóquio Internacional sobre o Sector Empresarial do Estado, no âmbito do curso de doutoramento. Evento promovido pelo grupo de pesquisa de Ciência Jurídico-Económicas.
Subscrição de plataformas de revistas electrónicas	50%	Aumento de recursos para a pesquisa e da qualidade dos resultados da pesquisa	subscrição da Biblioteca Electrónica HeinOnline.
Aquisição de materiais bibliográficos	25%	Aumento de recursos para a pesquisa e da qualidade dos resultados; Melhoria na gestão do acervo.	Foram adquiridos alguns livros para a Biblioteca do CEDAB.
Dotar as Bibliotecas e Centros de Investigação de equipamento adequado para a pesquisa	25%	Aumento de recursos para a pesquisa e da qualidade dos resultados da pesquisa	Foi criada a biblioteca do CEDAB
Adopção de um mecanismo de detenção de plágio.	15%	Melhoria de qualidade de investigação e integridade na pesquisa	Foi identificado o provedor do mecanismo (Turnitin) tendo sido feita a demonstração do mesmo.
Promoção de participação dos docentes e investigadores em conferências internacionais	30%	Internacionalizar a FDUEM e maior divulgação dos resultados	Foi introduzido o ciclo de Webnários sobre Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito da Família e das Sucessões.

		de pesquisa	Houve participação de vários docentes e Investigadores da FDUEM em eventos internacionais com destaque para: i) a Conferência “Construindo Cidades Saudáveis e Sustentáveis” organizada pela Universidade de Coimbra e contou com a participação do Coordenador do CEDAB, Prof. Carlos Serra; ii) III Seminário internacional sobre Direitos Humanos e Sociedade do Brasil e contou com a participação do Director-Adjunto para Investigação e Extensão, Prof. Almeida Machava como Coordenador.
Tornar os Centros em pólos de prestação de serviços	0%	-	A materialização desta actividade passava pela adopção da Política de Funcionamento dos Centros, o que não se efectivou.
Estabelecimento de Centros de Conciliação e Mediação de Conflitos, e o de Estudos de Energia	0%	Desenvolvimento de novos projectos de pesquisa e incremento das actividades de extensão	Não foi executada por imperativos financeiros.
Realização da Conferência Internacional (Sobre as Reformas Jurídicas em Moçambique)	10%	Colocar a FDUEM na vanguarda de debate sobre o desenvolvimento do Direito em Moçambique	Foram feitos contactos com algumas instituições com vista a materialização do evento, as quais manifestaram interesse em juntarem-se à FDUEM na iniciativa, designadamente: MJACR, AR, PGR, GPJ porém, este evento foi adiada 2022, por forma a permitir melhor organização.
Seminário Internacional com a Universidade de Macau	0%	-	Devido à pandemia da covid-19, esta actividade não foi realizada, visto que pressupunha a deslocação de Docentes da FD para Macau.
Publicação da Revista Jurídica	40%	Incrementar a divulgação de projectos científicos de qualidade	Lançamento de Chamada de artigos adiado devido à mudança de abordagem da Comissão Editorial em relação ao primeiro numero da Revista.
Promoção de parcerias de intercâmbio científico		-	Foram feitas parcerias com a Universidade Estadual Santa Catarina do Brasil e a faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul para a realização do Simpósio sobre Direito ao desenvolvimento

			Elaboração do draft da nota conceptual para o colóquio de intercâmbio científico entre os estudantes de Pós-Graduação, no entanto, a sua realização ficou adiada para o primeiro semestre de 2022.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Participação no Moot Court Internacional sobre Arbitragem Comercial Internacional (Willem C. Vis Moot)	50%	Internacionalização da FDUEM; Promoção do intercâmbio entre estudantes e docentes da FDUEM	A FDUEM participa do Moot Court com uma equipa constituída por 5 Estudantes finalistas, sendo Quatro do período Laboral e Um do período pós-laboral.
Realização da I, II e III edições de formação em Ilícitos das Pescas e FishFORCE	100%	Maior domínio de ilícitos das pescas bem como o procedimentos a ter em conta perante no tratamento da actividade pesqueira.	Esta actividade foi desenvolvida no âmbito da parceria com a Academia FishForce no quadro do acordo de parceria assinado entre a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Nelson Mandela.
Acompanhamento dos Estudantes no quadro do Projecto African Mining Legislation ATLAS	100%	Internacionalização da FDUEM envolvimento de estudantes actividades de pesquisa	Actividade realizada no âmbito da selecção da FDUEM como responsável do Projecto AMLA para os países africanos lusófonos.
Simpósio sobre Direito ao Desenvolvimento Sustentável	50%		Publicação da Chamada de resumos para Comunicações, porém ficou adiada a sua realização por razões organizacionais.

2.2. Desenvolvimento de pós-graduação

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Reforma Curricular	30%	Melhoria dos processos de ensino-aprendizagem	Processo de revisão curricular em curso.
Oferta do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas	100%	Reforço do papel da FDUEM como Centro de formação de profissionais	As aulas iniciaram em Maio

		de qualidade para servir o País	
Oferta do Curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento	100%	Reforço do papel da FDUEM como Centro de formação de profissionais de qualidade para servir o País	As aulas iniciaram em Abril
Oferta do Curso de Mestrado em Direitos Humanos	100%	Reforço do papel da FDUEM como Centro de formação de profissionais de qualidade para servir o País	As aulas iniciaram em Abril
Realização de Defesas de Mestrado	75%	Mais profissionais altamente qualificados	
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

2.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

2.4. Identificação de oportunidades de financiamento

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação

2.5. Monitoria de Programas/Projectos de investigação na UEM

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		Observação
Monitoria dos Estudantes no âmbito do Projecto AMLA	100%	Contribuir para o envolvimento de estudantes em actividade em de pesquisa; envolvimento da FDUEM em projectos internacionais das instituições do ensino superior estrangeiras	Foram acompanhados dois estudantes seleccionados para integrar a Equipa de Pesquisa Legal da África Lusófona, sendo um de Moçambique e outro da Guiné Bissau.

2. 6. Projectos de investigação

2.6.1. Projectos desenvolvidos na Unidade (Colectivos e/ou individuais)

Título do projecto	Investigador (es)	Unidade	Departamento	Fonte de Financiamento	Orçamento

2.6.2. Projectos desenvolvidos no âmbito de formação (pós-graduação)

Título do projecto	Investigador (es)	Unidade	Departamento	Fonte de Financiamento	Orçamento

2.7. Fundos competitivos

Título do projecto	Investigador (es)	Unidade Orgânica	Fundo a que concorre	Orçamento (em Mts)	Observação

2.8. Publicações

2.8.1. Artigos Científicos com revisão de pares, publicados em *Revistas indexadas*

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Nome da Revista	Local	URL
	Apelido (s)	Nome (s)					

2.8.2. Artigos Científicos com revisão de pares, publicados em *Revistas não indexadas*

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Nome da Revista	Local	URL
	Apelido (s)	Nome (s)					

2.8.3. Trabalhos completos publicados em anais de congresso, conferência, simpósio nacional ou internacional

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Conferencia, seminário, simposio	Data e Local	Data de submissão	URL
	Apelido (s)	Nome (s)						

2.8.4. Livro científico, publicado em edição nacional ou internacional, aprovado por Comissão Editorial Académica

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Data de Submissão	Data de publicação	Número de páginas	URL
	Apelido (s)	Nome(s)						

2.8.5. Capítulo de Livro, publicado em edição nacional ou internacional

Nº	Autor (es)		Ano	Título	Título do livro	Autor do livro	Editora	Páginas	URL
	Apelido (s)	Nome(s)							

3. Eixo de Extensão e Inovação

Objectivo estratégico 2: Gerar impacto na sociedade por meio de extensão.

Para este objectivo foi definida a seguinte intervenção estratégica: prestação de serviços e assistência técnica e para fazer face a esta intervenção definiu-se como actividade, assistência jurídica e patrocínio judiciário às populações carenciadas. Portanto, foram assistidos 113 casos dentre eles cíveis, laborais, criminais, contencioso administrativo e família.

Objectivo estratégico 3: Promover a disseminação estruturada de resultados de extensão com vista a ampliar a visibilidade, alcance e impacto dos seus resultados

Foram definidas as seguintes intervenções estratégicas: desenvolvimento comunitário e transferência de tecnologias e responsabilidade social e a elevação da consciência cívica. Para operacionalizar estas intervenções várias actividades foram definidas nomeadamente:

- i) **Promover as actividades do Centro junto das comunidades; organizar a feira de acesso à justiça; realizar palestras sobre a divulgação da legislação junto das comunidades; colectar evidências para enriquecer as pesquisas; formar parceiros; Estabelecer/revitalizar as parcerias com instituições públicas, privadas, OBC e grupos comunitários (Grupos vulneráveis: mulheres, raparigas, idosos, PVHIV e pessoas com deficiência); divulgar as actividades do CPJ nos médias**, entretanto, grande parte destas actividades não foi realizada devido a pandemia de Covid-19, pois requeriam o contacto interpessoal, tendo sido reconduzidas para o plano de 2022.

Contudo, é importante referir que foi produzida e divulgada, pelo CECOMA, uma matéria de vídeo e de jornal sobre as actividades do CPJ e essa matéria teve como fonte a entrevista feita ao Coordenador do Centro. Destacou-se também a participação do Coordenador, no dia 07 de Maio de 2021, no programa televisivo da STV (Manhãs Informativas) onde deu a conhecer a existência do CPJ e as suas actividades.

Actividades não planificadas

- i) Revisão do regulamento do CPJ: em colaboração com a Direcção Adjunta para a Graduação foi revisto o regulamento do CPJ como forma de o adequar a nova realidade académica.

- ii) Abertura de concurso para o ingresso de estudantes no CPJ: houve a selecção e admissão dos estudantes e a ministração do primeiro módulo sobre Direitos Humanos.

3.1. Extensão

Objectivo estratégico 2: Gerar impacto na sociedade por meio de extensão

Dimensão	Descrição de Actividades				Beneficiário	Observação
	Nº	Planificadas	Nível de execução	Impacto da actividade		
Prestação de Serviços e Assistência Técnica		Assistência jurídica e patrocínio judiciário às populações carenciadas	100%	Permite que as pessoas carenciadas recebam apoio directo e dedicado do CPJ, facilitando o acesso à justiça e a reposição dos seus direitos violados.	comunidade	Realizada

Objectivo estratégico 3: Promover a disseminação estruturada de resultados de extensão com vista a ampliar a visibilidade, alcance e impacto dos seus resultados

Dimensão	Descrição de Actividades				Beneficiário	Observação
	Nº	Planificadas	Nível de execução	Impacto da actividade		
Desenvolvimento Comunitário e Transferência de Tecnologia		Colectar evidências para enriquecer as pesquisas	0%	Esta actividade teria impacto significativo na busca de informação concreta para as pesquisas, facilitando a análise de dados e a produção de respostas fundamentadas.	Comunidade	Não realizada
	-	Promover as actividades do Centros junto das comunidades	0%	Permitiria a maior divulgação do CPJ junto das comunidades, bem como o acesso facilitado à justiça.	Comunidade	Não foi realizada

	Realizar palestras sobre a divulgação da legislação junto das comunidades	0%	Permitiria a maior divulgação das leis junto às comunidades, bem como o incremento da capacidade cognoscitiva destas, no que tange aos seus direitos e deveres.	Comunidade	Não foi realizada
	Formar parceiros	0%	Aumento de parcerias e melhoria na qualidade dos resultados do CPJ.		Não foi realizada
Responsabilidade Social e Elevação da Consciência Cívica	Divulgação do papel do CPJ nos <i>medias</i>	0%	Aumento da visibilidade do CPJ na sociedade e promoção do seu papel, o que possibilita maior afluência de pessoas carenciadas em busca da justiça, por intermédio do Centro.		Foi divulgado o papel do CPJ no Jornal da Comunidade através do CECOMA e também num programa televisivo da Soico Televisão.
	Feira de Acesso à Justiça e divulgação das Leis		Comunidade		
Estabelecer e Fortalecer Parcerias de Extensão entre a Universidade e a Sociedade	Estabelecimento/revitalização de parcerias com instituições públicas, privadas, OCBs. Grupos comunitários	0%	Permite a concepção e implementação de projectos de defesa dos direitos dos cidadãos, incluindo os de divulgação das leis e de boas práticas jurídicas.	Instituições públicas, privadas, OCBs e grupos comunitários	Não foi realizada

3.2. Inovação

Actividades Planificadas	Nível de Execução	Observação
-	-	-
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução	Observação

4. Eixo de Governação e Cooperação Universitária

4.1. Governação

Actividades Planificadas

No âmbito da Governação foram planificadas várias actividades de realização regular, todas inseridas em intervenções estratégicas concretas, embora não enquadradas em Objectivos Estratégicos determinados. Eis as intervenções estratégicas e respectivas actividades em alusão:

- Reestruturar o quadro organizacional e funcional da FDUEM:
 - Estabelecimento de novos Centros,
 - Redefinir as competências dos departamentos académicos, administrativos e Centros,
 - Introduzir mecanismos de governação participativa.
- Revisão da estrutura funcional de gestão de pesquisa nos Centros:
 - Estabelecer mecanismos de coordenação e articulação dos centros com os demais departamentos,
 - Introduzir fórum de coordenação da actividade de investigação.
- Revisão da estrutura funcional e de gestão dos Departamentos académicos:
 - Criar núcleos temáticos de investigação dos departamentos académicos,
 - Capacitar os núcleos em matéria de investigação,
 - Promover eventos científicos e incentivar publicações.
- Introdução de mecanismos de financiamento a investigação:
 - Criar um fundo competitivo para investigação,
 - Definir critérios de alocação do fundo.

Objectivo estratégico: Assegurar a planificação, o cumprimento de prazos na prestação de contas a todos os níveis de governação e gestão

Neste objectivo estratégico temos como intervenção estratégica **Dinamizar os procedimentos internos de planificação e prestação de conta**, dentro da qual destaca-se a actividade de *definir o ciclo de planificação e de prestação de contas*, bem como *adoptar um procedimento operacional padrão para planificação e prestação de contas*. Estas actividades foram cumpridas

em 100% com a orientação dada pela Comunicação Interna N.º 03/DFD/2021, de 23 de Abril de 2021, que define a periodicidade de apresentação dos relatórios de actividades tendo como base as acções definidas no Plano de actividade e no Plano Operacional.

Actividade Planificadas	Nível de Execução	Impacto das actividades	Observação
Realização regular e participativa de encontros de reflexão e tomada de decisão através de órgãos colegiais, como rege o Regulamento da FDUEM	50%	Controle da aplicação das medidas de prevenção e combate à propagação da COVID-19.	Foram realizadas reuniões do Conselho de Direcção, Conselho Pedagógico e Conselho Científico.
Actividades <i>não</i> Planificadas	Nível de Execução		Observação

4.2. Cooperação

Objectivo Estratégico 1: Incrementar parcerias a nível nacional, regional e internacional, alinhadas com a nova Missão e Visão da UEM;

No âmbito deste objectivo estratégico foram definidas as seguintes intervenções estratégicas e respectivas actividades:

- Identificar estratégias de estabelecimento e retenção de parcerias da UEM:
 - Elaborar projectos concretos no âmbito dos acordos existentes.,
- Definir uma Política de Cooperação e de Internacionalização:
 - Elaborar a política,
- Estabelecer acordos de cooperação com congéneres estrangeiras para capacitação técnica da Faculdade:
 - Reavaliar os instrumentos de cooperação existentes,
 - Identificar as potenciais áreas de cooperação para a Faculdade,
 - Mapear as entidades possíveis para acções de cooperação
- Monitoria dos instrumentos de cooperação: Elaborar o Plano e o Sistema de Monitoria dos Instrumentos de Cooperação.

Destas intervenções estratégicas e respectivas actividades é de referir que a sua realização foi profundamente afectada pela pandemia da COVID-19. Entretanto, é de destacar que dos instrumentos de cooperação reavaliados persiste a relevância dos protocolos com a Universidade de Lisboa, Universidade de Pretoria e Faculdade de Direito da Universidade de Macau, sendo certo que o da Universidade de Macau assinalou mais uma renovação.

Em relação aos acordos já existentes é de destacar a conclusão do processo de desembolso de valores monetários referentes a bolsas de estudos a dois estudantes bolseiros do Moza Banco e a entrega de livros à Faculdade de Direito; a tramitação de démarches administrativos para o regresso a Moçambique de um dos estudantes bolseiros do nível de Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

É de destacar também a revitalização do Protocolo com a JLA/ABREU Advogados, tendo sido realizada uma actividade que consistiu na visita de alguns estudantes da FDUEM aos escritórios da JLA no dia 14 de Setembro de 2021, dia do Advogado em Moçambique.

No contexto do mapeamento de entidades para possíveis acções de cooperação é de se sublinhar que foi assinado o protocolo de cooperação com a Fundação Sérgio Gago, a nível da Reitoria, e esse sucesso deveu-se ao impulso da Faculdade de Direito. É igualmente relevante referir que estão em curso contactos para o estabelecimento de parcerias com a Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica, Associação de Magistrados do Ministério Público e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no Brasil.

Objectivo Estratégico 2: Consolidar a mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e membros do CTA

Neste objectivo temos como intervenção estratégica **Incrementar oportunidades de parcerias**, tendo sido planificadas as seguintes actividades:

- Incluir nos acordos e protocolos de cooperação a componente mobilidade para todos os intervenientes.,
- Mapear entidades e celebrar acordos e projectos específicos de interesse comum.
- Criar condições conducentes para envio e recepção de estudantes, docentes e CTA definindo prioridades e quotas.

Destas actividades é relevante referir que foram desencadeadas acções com vista a mobilidade de docentes assim como de estudantes no âmbito do convénio a ser assinado entre a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no Brasil e a FDUEM.

Relativamente ao envio e recepção de estudantes, docentes e CTA destacou-se a recepção de 3 estudantes, para a elaboração de dissertações de culminação de estudos sob a supervisão de docentes da FDUEM, vindos da Universidade de Pretoria no âmbito do projecto do Mestrado em Direitos Humanos.

Nome da Instituição	Tipo de instrumento (Memorando, Acordo, etc)	Data		Área de cooperação	Objectivos	Impacto das actividades para UEM por eixo
		Assinatura	Validade			
Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA) e Conselho Constitucional (CC)	Protocolo de Cooperação	27 de Janeiro de 2020 e válido até 31 de Dezembro de 2022		O Direito Público, em termos genéricos, e o Direito Constitucional, o Direito Eleitoral e Direitos Fundamentais.	Realização de eventos científicos (palestras, seminários, conferências e estudos) e de extensão universitária	
Tribunal Supremo	Memorando de Entendimento	De 14 de Outubro de 2020 a 14 de Outubro de 2024, renovável automaticamente (O protocolo vou assinado ao nível da Direcção Central, mas negociado sob coordenação da Faculdade de Direito)		A cooperação a ser estabelecida entre as Partes incluirá, entre outros, os seguintes domínios: a) Realização conjunta de projectos de pesquisa; b) Formação dos operadores do Judiciário; c) Docência por Magistrados e Funcionários dos Tribunais Judiciais; d) Acesso planificado e regado aos tribunais pelos estudantes e docentes da UEM, no âmbito da formação e investigação; e) Concessão de bolsas de estudo.		
Gabinete do Provedor de	Memorando de Entendimento	De 21 de Outubro de 2020 a 21 de Outubro de 2025,		O Memorando de Entendimento abrange, entre outros, o seguinte:		

Justiça		renovável automaticamente.	<ul style="list-style-type: none"> a) Realização conjunta de programas e projectos de pesquisa; b) Realização conjunta ou em parceria de eventos científicos; c) Realização conjunta ou em parceria de acções de formação e capacitação de titulares de cargos públicos e de funcionários e agentes do Estado; d) Formação dos funcionários do GPJ; e) Facilitação de acesso ao GPJ pelos docentes, investigadores e estudantes da FDUEM, no âmbito da formação e investigação; f) Concessão de bolsas de estudos. 		
---------	--	----------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

5. Gestão, Finanças e Recursos Humanos

5.1 Gestão

Actividades planificadas

Objectivo estratégico 1: Gerir os recursos alocados de forma eficiente, transparente e fiável

- Divulgar os principais documentos de gestão no *website* da FDUEM: planos e relatórios de actividades e financeiro. Actividade realizada e de carácter contínuo. Estão expostos no *site* da FDUEM o Plano Operacional da FDUEM 2019-2021, o Plano de Actividades e Orçamento da FDUEM para 2021, e o Relatório de Actividades e Financeiro de 2020.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Divulgar os principais documentos de gestão no website da FDUEM	100%	Elevado	Actividade realizada. Estão expostos no site da FDUEM o Plano Operacional da FDUEM 2019-2021, o Plano de Actividades e Orçamento da FDUEM para 2021, e o Relatório de Actividades e Financeiro de 2020.
Repor o circuito de videovigilância do edifício	0%	Elevado	Insuficiência de recursos, e novas prioridades, estiveram na origem da não realização desta actividade

5.2 Finanças

Actividades realizadas e não planificadas

Objectivo estratégico 2: Mobilizar recursos adicionais para a UEM

- Promover a autossustentabilidade do Gabinete de Estudo e Projectos da FDUEM. Actividade igualmente de carácter contínuo e em execução.
- Organizar cursos de curta duração. Para o exercício económico estavam previstos 6 cursos de curta duração, mas as actividades não foram realizadas devido a priorização de actividades do ensino, face aos reajustamentos do calendário académico e devido a COVID-19.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Organizar cursos de curta duração			Não realizados, devido a priorização de actividades do ensino, face ao reajustamento do calendário académico e devido a COVID-19

Actividades não Planificadas

- Apresentar, à Coordenação e aos Doadores do evento, o Relatório Preliminar de Execução Financeira dos fundos recebidos a título de Doações para o custeio das despesas do *Colóquio Internacional sobre o Sector Empresarial do Estado*, realizado nos dias 20 e 21 de Setembro de 2021
- Submeter, à Direcção de Finanças, o pedido de cabimento de verba do Orçamento do Estado, no valor de 1.327.560,06MT, para efeito do procedimento de contratação, referente ao serviço de limpeza diária e desinfeção das instalações da FDUEM em 2022. A medida visa a terciarização do serviço e tem por objectivo aliviar o peso da máquina administrativa em serviços não essenciais, conforme o preconizado no PEUEM 2018-2028.
- Submeter os processos de despesas à Direcção Científica da UEM, no âmbito da execução do orçamento aprovado por aquela Direcção para a revisão de cursos de pós-graduação da FDUEM.
- Diligenciar o desbloqueio, por parte da conta de receitas próprias da FDUEM, de recebimentos de fundos via e-SISTAFE, nomeadamente de valores de propinas do pós-laboral e de subvenções de outras instituições do Estado no âmbito de projectos. O bloqueio deveu-se a problemas de cadastramento e parametrização da conta de receitas da FDUEM no e-SISTAFE.

<i>Actividades não Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Apresentar, à Coordenação e aos Doadores do evento, o Relatório Preliminar de Execução Financeira dos fundos recebidos a título de Doações para o custeio das despesas do Colóquio Internacional sobre o Sector Empresarial do Estado, realizado nos dias 20 e 21 de Setembro de 2021	90%	Elevado	Para apresentação do relatório final, aguarda-se pela realização das despesas de impressão das comunicações em formato apropriado para a divulgação

Submeter à Direcção de Finanças, o pedido de cabimento de verba do Orçamento do Estado, no valor de 1.327.560,06MT, para efeito do procedimento de contratação, referente ao serviço de limpeza diária e desinfecção das instalações da FDUEM em 2022			Aguarda-se pela confirmação de cabimento de verba por parte da DFIN, para o subsequente procedimento de contratação
Submeter os processos de despesas à Direcção Científica da UEM, no âmbito da execução do orçamento aprovado por aquela Direcção para a revisão de cursos de pós-graduação da FDUEM			Foram contemplados os cursos de Mestrado em Ciências Jurídicas, Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas, Mestrado em Direito do Comércio Internacional, Mestrado em Direitos Humanos e Doutoramento em Direito. Aguarda-se pela disponibilização de fundos.
Diligenciar o desbloqueio de recebimentos, por parte da conta de receitas próprias da FDUEM, de fundos via e-SISTAFE			O bloqueio deveu-se a problemas de cadastramento e parametrização da conta de receitas da FDUEM no e-SISTAFE.

5.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento vs execução, por fonte de financiamento

Conforme detalhado na tabela 5.1, o nível consolidado de execução de todas as fontes de financiamento foi de 92%:

Tab. 5.1

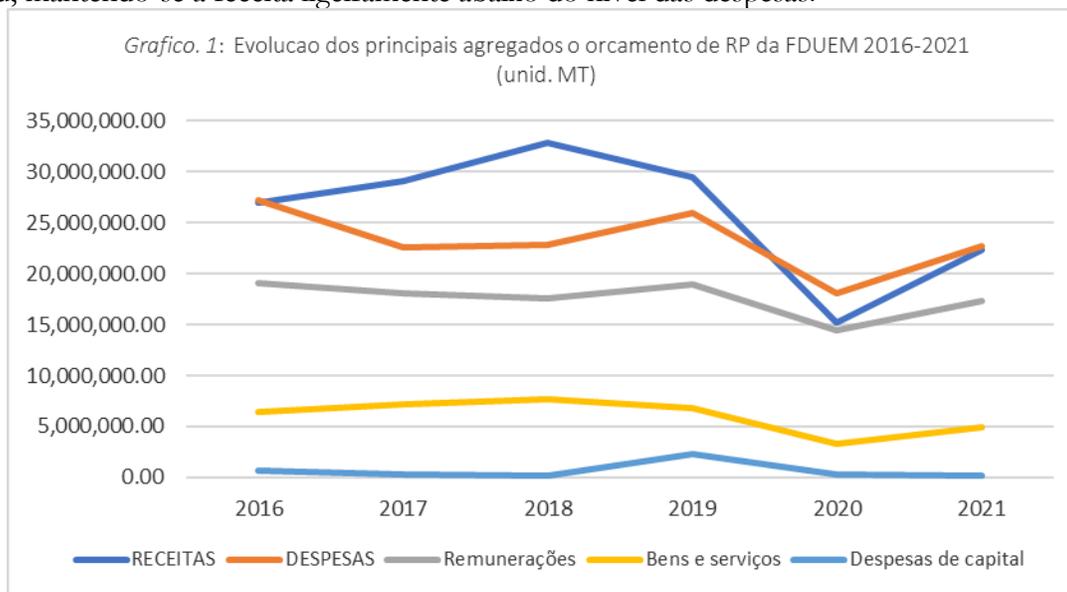
Resumo da execução orçamental da FDUEM - 2021:

Agregados	Orçamento (em Unid 1000MT)						Total		%
	RP		OE		D		Orc.	Exec	
	Orc.	Exec	Orc.	Exec	Orc.	Exec			
Salarios e Remuneracoes	20,035.70	17,387.49	39,598.30	39,598.30	4,362.43	4,362.43	63,996.43	61,348.22	96%
Outras Desp Pessoal	1,291.00	166.36	-	-	664.00	327.50	1,955.00	493.86	25%
Bens	1,957.00	1,562.23	1,669.09	826.62	925.93	240.24	4,552.02	2,629.09	58%
Servicos	2,369.01	3,402.27	-	-	4,879.54	3,992.67	7,248.55	7,394.94	102%
Desp Capital	507.00	148.63	-	-	-	-	507.00	148.63	29%
Transf. Dfin, DIM, FD(infr)	5,452.66	5,255.35	-	-	-	-	5,452.66	5,255.35	96%
Total	31,612.37	27,922.33	41,267.39	40,424.92	10,831.90	8,922.84	83,711.66	77,270.09	92%

Importa destacar que em termos de execução orçamental de receitas próprias houve variações significativas em relação ao orçamento previamente fixado.

Esta situação deveu-se fundamentalmente ao facto de ao nível do Orçamento do Estado não ter sido aprovada nenhuma verba para a rubrica de serviços, o que veio sobrecarregar a mesma rubrica na fonte de receitas próprias, tendo sido sacrificadas as rubricas de Outras Despesas com o Pessoal e Despesas de Capital.

Do ponto de vista de evolução dos agregados de receitas e despesas (RP), importa destacar que apesar do ano 2020 ter sido crítico, com o registo de um total de receita inferior ao total de despesas, (vide Gráfico. 5.1) como resultado da grave situação provocada pelo COVID-19, em 2021 o cenário apenas atenuou, mantendo-se a receita ligeiramente abaixo do nível das despesas.

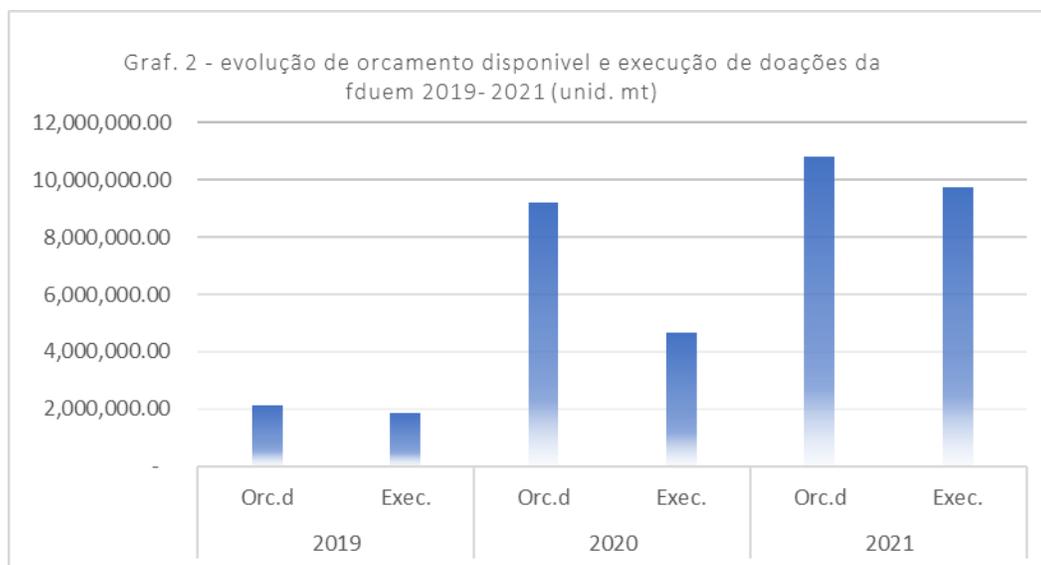


Não obstante, a FDUEM conseguiu honrar os seus compromissos perante Docentes, CTA e credores, acionando a sua conta de poupanças, ao mesmo tempo que monitorava as dívidas avultadas por parte de um número considerável de estudantes.

Por seu turno, o baixo nível de execução do OE deveu-se ao recorrente constrangimento do módulo de património do estado, o qual entre outras anomalias, continha quantidades de bens muito inferiores às constantes do plano de aquisições da FDUEM, sendo que o exercício económico terminou sem que tais constrangimentos tivessem sido devidamente resolvidos/atenuados pelos órgãos centrais responsáveis.

Quanto a execução orçamental das Doações, foi notável o contributo para o total de despesas da FDUEM nas rubricas de *serviços*. Estas rubricas superaram todas as restantes, excepto *Salários e Remunerações*.

Por outro lado o gráfico 2 evidencia a evolução do financiamento e execução orçamental das doações.



Tanto o nível de orçamento disponível como o de execução das doações no triénio 2019-2021 registaram notável incremento. Esta situação deveu-se, em parte, ao aumento do número de parceiros de cooperação da FDUEM, e a uma maior diversificação das actividades de investigação.

5.3 Recursos Humanos

Objectivo estratégico 3: Aumentar a atractividade, a eficiência na gestão dos recursos humanos

- Capacitar o corpo docente em Psicopedagogia e o CTA em Administração e Gestão Universitária, Gestão de Recursos Humanos, Legislação sobre Administração Pública e Tecnologias de Informação e Comunicação. Exceptuando a primeira capacitação (Psicopedagogia), as restantes não foram realizadas, devido a falta de fundos e restrições decorrentes da COVID-19.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Incrementar o valor dos incentivos do CTA - Pós-laboral			
Capacitar - Psicopedagogia, Admin e Gest Universitária, Gestão de Recursos Humanos, Legisla s/Admin Publica e TIC			A não realização da maior parte de actividades deveu-se a falta de fundos e restrições decorrentes da COVID-19

Actividades não Planificadas

- Elaborar o cadastro de funcionários vacinados contra a COVID-19 – processo ainda em curso.

- Monitoria dos casos de COVID-19. Com efeito, foram registados um total de 12 casos: 7 do CTA, 3 do corpo Docente e 2 estudantes. Todos estes ficaram recuperados.
- Desinfectar os espaços contra COVID-19. Durante o ano de 2021 foram desinfectados os sectores de Finanças, Registo Académico, Património e Aprovisionamento, Secretaria, Centro de Práticas Jurídicas, Protecção e Segurança, e ainda o Anfiteatro CPI 2502 (Complexo Pedagógico), e Anfiteatros A e B do edifício da FDUEM, na sequência de casos positivos registados nos respectivos espaços.

<i>Actividades não Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Elaborar o cadastro vacinados contra a COVID-19, no seio do CTA		Elevado	Processo em curso
Desinfectar os espaços contra COVID-19			No trimestre foram desinfectados os sectores de Registo Académico, Património e Aprovisionamento e Secretaria, na sequência de casos positivos registados nestes sectores

5.3.1 Corpo Docente por Regime de Contratação, Nível de Formação e Género

Regime de contratação	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Tempo inteiro	-	-	-	2	3	5	-	-	-	9	8	17	1	9	10	12	20	32
Tempo parcial	-	-	-	0	0	0	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18
Total	-	-	-	2	3	5	-	-	-	11	18	29	1	15	16	14	36	50

5.3.2 Corpo Docente a Tempo Inteiro por Nacionalidade, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Moçambicana	-	-	-	2	3	5	-	-	-	8	8	16	1	9	10	11	20	31
Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1	-	-	-	1	0	1
Total	-	-	-	2	3	5	-	-	-	9	8	17	1	9	10	12	20	32

5.3.3 Corpo Docente a Tempo Parcial por Nacionalidade, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Moçambicana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18
Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18

5.3.4 Corpo Docente por Tipo de Relação Contratual, Nível de Formação e Género

Tipo de relação contratual	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Pertence ao quadro	-	-	-	2	3	5	-	-	-	9	8	17	1	9	10	12	20	32
Não pertence ao quadro	-	-	-	0	0	0	-	-	-	2	10	12	0	6	6	2	16	18
Total	-	-	-	2	3	5	-	-	-	11	18	29	1	15	16	14	36	50

5.3.5 Docentes que ocupam cargos de Direcção /Chefia, por Género

Cargo de Direcção/ Chefia	Género		Total
	F	M	
Reitor	-	-	
Vice-Reitor	-	-	
Director da Faculdade	0	1	1
Director – Adjunto da Faculdade	-	-	-
Director Nacional	-	-	-
Director – Adjunto Nacional	-	-	-
Chefe do Departamento	2	3	5
Director de Curso	-	-	-
Chefe de Repartição	3	1	4
Chefe de Secção	1	1	2
Assessor da Reitoria	-	-	-
Assistente	-	-	-
Director de Centro de Manutenção	-	-	-
Total	6	6	12

5.3.6. Corpo Investigador por Tipo de Relação Contratual, Nível de Formação e Género

Tipo de relação contratual	Nível de Formação																	
	Bacharel			Licenciado			Diploma			Mestre			Doutorado			Todos		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Pertence ao quadro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Não pertence ao quadro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1

5.3.7. Número do pessoal do CTA por Regime de Contratação, Nível de Formação e Género

Regime de contratação	Nível de formação																		Todos		
	Básico			Médio			Bacharel			Licenciado			Mestre			Doutorado			F	M	T
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T			
Tempo inteiro	1	0	1	0	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Tempo parcial	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Total	1	0	1	0	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2

5.3.8. Número do pessoal do CTA a Tempo Inteiro por Nacionalidade, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de formação																		Todos		
	Básico			Médio			Bacharel			Licenciatura			Mestre			Doutorado			F	M	T
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T			
Moçambicana	1	3	4	6	6	12	-	-	-	13	10	23	0	1	1	-	-	-	20	19	39
Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0	0
Total	1	3	4	6	6	12	-	-	-	13	10	23	0	1	1	-	-	-	20	19	39

5.3.9. Números do pessoal do CTA por Tipo de Relação Contratual, Nível de Formação e Género

Nacionalidade	Nível de formação																		Todos		
	Básico			Médio			Bacharel			Licenciatura			Mestre			Doutorado			F	M	T
	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T			
Moçambicana																					
Estrangeira																					
Total																					

5.3.10. Números do pessoal do CTA por Cargo de Direcção / Chefia

Cargo de Direcção / Chefia	Género		TOTAL
	F	M	
Director de Faculdade	-	1	1
Director Nacional	-	-	-
Director-Adjunto	0	0	0
Director Nacional Adjunto	0	0	0
Administrador	0	1	1
Chefe do Departamento	2	3	5
Chefe de Repartição	3	1	4

Administrador do Bairro Universitário	-	-	-
Chefe de Biblioteca	-	1	1
Chefe de Laboratório	-	-	-
Chefe de Secretaria	0	0	1
Chefe de Secção Central	1	1	2
Chefe de Oficinas	0	0	0
Chefe de Secretariado	0	0	0
Chefe de Sector	0	0	0
Assistente da Reitoria	0	0	0
Secretário de Direcção	1	0	1
Secretário de Relações Públicas	0	0	0
Secretário Particular	0	0	0
Secretário Executivo	0	0	0
Total	7	9	15

5.3.11. Pessoal em formação

Nível Pretendido	Corpo Docente	Investigador	Corpo Técnico-Administrativo	Total
Pós - Doutoramento	0	0	0	0
Doutoramento	11	0	0	11
Mestrado	2	0	5	7
Licenciatura	0	0	6	6
Bacharelato	0	0	0	0
Médio-Profissional	0	0	3	3
Total	13	0	14	27

6. Eixo de Património e Infraestruturas

Actividades planificadas

Objectivo estratégico 1: Assegurar/garantir infraestruturas de suporte/desenvolvimento de investigação (laboratórios/bibliotecas/redes técnicas e espaços culturais), incluindo cursos académicos de graduação

- Actualizar o projecto executivo do novo edifício da FDUEM. Esta atividade não foi realizada. No entanto, em Dezembro de 2021, a empresa Índico Dourado Limitada, integrante do consórcio adjudicatário do contrato promessa de permuta das actuais instalações com o novo edifício a ser construído no campus, manteve encontro com a Direcção da FDUEM no qual reafirmou o seu interesse em executar a obra. Note-se que em 2017 o referido consórcio havia desistido do empreendimento por razões ainda não divulgadas.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Actualizar o projecto executivo do novo edifício da FDUEM no campus			Teve lugar uma reunião, a 22/12/2021, com representantes da empresa Índico Dourado Limitada, a pedido destes, para negociação preliminar da retoma do processo de permuta das actuais instalações da FDUEM por novas instalações a serem edificadas no campus principal da UEM. Passos subsequentes serão dados em 2022, envolvendo a DIM, o IGEPE e o MEF.

Objectivo estratégico 3: Melhorar o desempenho no uso dos edifícios e sua envolvente (reabilitação, requalificação e manutenção de espaços e redes técnicas)

- Colocar rampas de acesso universal no cumprimento das recomendações do MCTESTP. A execução da obra carecia da elaboração do respectivo projecto pela DIM. No entanto apenas em Setembro de 2021 a DIM enviou o aludido projecto, em resposta ao segundo pedido para o efeito submetido por parte da FDUEM, visto que a primeira solicitação foi feita em Setembro de 2019. No presente momento aguarda-se pela negociação da modalidade de execução da benfeitoria com a própria DIM.
- Assegurar a manutenção de aparelhos de A/C e dos sanitários: esta actividade tem sido realizada, de forma corrente. No entanto, houve uma redução significativa do número de intervenções, derivada, em parte, da redução drástica do número (diário) de utentes nas instalações como resultado dos arranjos de horários, espaços e formatos de leccionação, tanto no curso de graduação como no curso de pós-graduação.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
---------------------------------	--------------------------	--------------------------------	-------------------

Colocar 5 rampas de acesso universal nas instalações da FDUEM, em cumprimento das recomendações do Ministério MCTESTP			Foi renovado o pedido de elaboração do projecto, tendo a DIM finalmente procedido a entrega do mesmo a FDUEM, aguardando-se pela negociação dos termos da execução da obra, que contempla 6 rampas no total
Reabilitar campo de jogos	0%		Actividade protelada, dadas outras prioridades da FDUEM no contexto de Covid-19
Remodelar o Centro Social e Centro de Copias	0%		Actividade protelada, dadas outras prioridades da FDUEM no contexto de Covid-20
Renovar a pintura exterior do edifício	0%		O orçamento da UEM em 2021 não contemplava rubricas de investimento, o que associado ao valor envolvido (elevado) inviabilizou a execução da obra
Assegurar a manutenção de aparelhos de A/C	100%		No ano foi adquirido e montado um novo aparelho de A/C de 24.000 BTU no sector de Registo Académico, em substituição do avariado
Assegurar a manutenção - reposição de acessórios e outras benfeitorias para sanitários	70%		Actividade corrente, tendo-se reduzido o numero de intervenções devido a paralisação frequente de aulas presenciais
Assegurar a manutenção e reparação de viaturas e motociclos	90%		90% dos veículos com revisão geral e reparações pontuais feitas. Apenas um motociclo encontra-se imobilizado, sem viabilidade de reparação

Actividades realizadas e não planificadas

Ainda no eixo de Património e Infraestruturas, foram realizadas as seguintes actividades:

- Montar *hardware* (placas de rede) para optimização do uso, pelos utentes, da Sala de Informática da Pós-graduação.
- Adquirir, a título de reposição, 3 aparelhos de ar condicionado, nomeadamente para os Gabinetes do Director da Faculdade, do Chefe do Departamento de Ciências Jurídico-Económicas e da Repartição do Registo Académico.
- Adquirir uma impressora multifuncional para a Repartição do Registo Académico, para anteder às exigências de atendimento aos estudantes.

Importa ainda destacar que em 2021 nenhum novo equipamento/meio de transporte foi adquirido, e nenhum do equipamento foi abatido à carga.

<i>Actividades não Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Montar hardware (placas de rede) para optimizacao do uso, pelos utentes, da Sala de Informática da Pós-graduação	100%		

EIXO DE ASSUNTOS TRANSVERSAIS

Basicamente os objectivos estratégicos no eixo de assuntos transversais referem-se, ao *desenvolvimento de planos organizacionais para abordar e integrar (i) o género, (ii) a cultura, (iii) o desporto e (iv) o meio ambiente.*

Apenas as actividades associadas ao meio ambiente foram realizadas, por intermédio do Centro de Direito do Ambiente, Biodiversidade e Qualidade de Vida (CEDAB), nomeadamente o desenvolvimento de guiões de direitos à cidadania ambiental e património ambiental e a promoção da divulgação do direito à cidade.

As restantes actividades ficaram inviabilizadas e, na maioria dos casos, a execução das mesmas tornou-se contrária às restrições decretadas pelas autoridades no contexto da contenção da propagação da COVID-19.

<i>Actividades Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Constituir núcleo			Núcleo activo mas não formalizado
Propor guião de plano básico de actividades em coordenação com o CEDAB, CPJ, CDH, CDS e NED e executa-lo	100%	Consciência de cidadania	O CEDAB promoveu a divulgação do direito à cidade e desenvolveu guiões de direitos a cidadania ambiental e património ambiental.

Actividades realizadas e não planificadas

Para além das actividades planificadas, teve lugar a cerimónia de encerramento do ano 2021 na FDUEM, que contou com a presença de representantes/titulares das principais instituições parceiras da Faculdade. O evento incluiu actividades culturais, confraternização e *cocktail* e teve mais de 50 participantes.

<i>Actividades não Planificadas</i>	<i>Nível de Execução</i>	<i>Impacto das actividades</i>	<i>Observação</i>
Realizar cerimonia de encerramento do ano 2021 na FDUEM			Cerimónia contou com a presença de representantes/titulares das principais instituições parceiras da FDUEM, incluiu actividades culturais e confraternização e cocktail, e contou com mais de 50 participantes

Constrangimentos

A pandemia da covid-19, e a conjuntura sócio-económica do país, interferiram negativamente no desenvolvimento das actividades previstas, sendo de destacar:

- Fraca adesão aos diferentes cursos de pós-graduação (Especialização e Mestrados) que a FDUEM oferece;
- A não realização ou realização deficiente de algumas das actividades programadas em virtude do Estado de calamidade pública e sucessivas prorrogações, em resultado da pandemia da covid-19, sendo de descartar para o eixo de ensino-aprendizagem autoavaliação dos cursos e a revisão curricular. Ambas actividades requerem trabalho presencial e, como tal, dependem da presença física da comunidade académica. Por esta razão, as medidas decretadas pelo Governo, impactaram negativamente ambos processos sendo que só em Setembro foi possível uma retoma parcial do ritmo das actividades tendo sido, no entanto, priorizado a área do ensino, para efeitos de consolidação dos conteúdos ministrados por via remota.
- Inexistência de um mecanismo pragmático de *procurement* ao nível da UEM, no geral, que permita a FDUEM adquirir material de prevenção da propagação da COVID-19 com a celeridade imposta pela pandemia.
- A insuficiência de pessoal afecto ao Gabinete de Qualidade Académica, dado que até então o Gabinete conta apenas com o Coordenador, também impactou negativamente na execução de tais tarefas porquanto as mesmas exigem esforço combinado. É importante salientar que neste momento o Coordenador está em fase de reposicionamento das actividades.

Conclusões e Recomendações.

A COVID-19 representou o maior desafio para a implementação do plano de actividades e orçamento da FDUEM para 2021, por falta de financiamento das actividades propostas, posto que os *stakeholders* tradicionais que contribuem para o financiamento da FDUEM foram igualmente afectados pela pandemia, o que se traduziu na limitação drástica de recursos disponibilizados, por isso urge a necessidade de diversificar as fontes de financiamento.

O insuficiente envolvimento das direcções centrais no financiamento das unidades no contexto específico da COVID-19, resultou na afectação insignificante de recursos para a COVID-19 para a FDUEM. Esta situação prevalece e requer mudanças urgentes.

A situação imposta pela pandemia exige uma outra forma de agir, daí que reiteramos a necessidade de redefinição de estratégias de operacionalização das actividades programadas com recurso às TICs.

No tocante ao eixo de Património e Infraestrutura, a COVID-19 também representou o maior desafio para a implementação do plano de actividades e orçamento da FDUEM para 2021, visto que os potenciais parceiros da FDUEM para o empreendimento da construção do novo edifício foram igualmente afectados pela pandemia, o que reduziu drasticamente a expectativa da Faculdade sobre a angariação de recursos para o projecto.

Anexos